

Retrato político e estatístico da sociedade da informação: Portugal na Europa

A INICIATIVA eEUROPA é lançada pela Comissão Europeia (CE) em Dezembro de 1999 com o objectivo de colocar a Europa “em linha”. Esta comunicação realça o contexto de crescimento económico nos EUA, largamente atribuído aos investimentos feitos no sector das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), enfatizando a necessidade de seguir o exemplo americano e acelerar o passo para a era digital. Imperava então um ambiente económico positivo, prévio ao rebentar da bolha tecnológica do ano seguinte. No entanto, o desapontamento trazido por esse evento não foi duradouro, nem resultou no abandono de opções políticas e económicas centradas na tecnologia. A ênfase no papel-chave das TIC no fomento do crescimento económico, produtividade e competitividade está presente na generalidade das políticas comunitárias e reflecte-se nas iniciativas nacionais. Contudo, olhando para as estatísticas existentes em 2010, a sociedade da informação é ainda marcada por fortes clivagens em Portugal.

Políticas públicas: União Europeia

Com a definição da Estratégia de Lisboa em 2000, o tema da sociedade da informação ganha uma maior centralidade como parte de um esforço para melhorar a competitividade da economia europeia. Nesse ano, a iniciativa eEuropa é estruturada pela primeira vez num Plano de Acção, eEuropa 2002 – Uma Sociedade da Informação para Todos, focado na promoção do acesso e utilização da Internet. A sua substituição é feita pelo Plano de Acção eEuropa 2005, com objectivos ligados ao estímulo da segurança e à expansão da infraestrutura de banda larga.

Viviane Reding, então comissária europeia para a Sociedade da Informação e Média, propõe a 1 de Junho de 2005 um novo quadro estratégico: i2010 – Uma Sociedade da Informação Europeia para o Crescimento e o Emprego – e atribui a sua pertinência ao papel cada vez mais importante das TIC na economia, pretendendo-se a sua constituição enquanto pilar da renovada Estratégia

de Lisboa. Em 2007, o relatório de progresso do i2010 declara que a adopção mais vasta da banda larga teve consequências em relação ao desenvolvimento de serviços avançados inovadores e que áreas como a música, distribuição de filmes e televisão *online* ilustram a transformação do mercado dos conteúdos. Na sua análise prospectiva, é incluída a chamada Web 2.0, as redes sociais e o conteúdo gerado por utilizadores. Fazendo uma analogia com o *software* de fonte aberta e consequente desenvolvimento de processos colaborativos, afirma-se existir inovação no

O RETRATO EMPRESARIAL

No domínio das empresas, a descrição de Portugal aproxima o país de lugares mais cimeiros nas tabelas de indicadores estatísticos dedicados ao tema da sociedade da Informação. Em relação ao acesso à Internet por banda larga, as empresas portuguesas atingem os 85%, dois pontos percentuais acima da UE27. O mesmo se aplica examinando os valores relativos à interacção com a administração pública. Com 77% de respostas positivas, ultrapassa a média dos 27 países da União Europeia em 6%, bem como a média da UE25 (73%) e UE15 (74%).

O terceiro indicador analisado aponta para uma posição ainda mais elevada na tabela percentual das empresas europeias: em relação a encomendas recebidas através da Internet, 16% de empresas portuguesas (com mais de 10 trabalhadores) declararam receber pelo menos 1% por essa via. Novamente, a UE27 é ultrapassada (12%), e neste caso, ao contrário dos restantes indicadores mencionados, Portugal apresenta uma evolução diferente da média dos 27 países, especialmente entre 2007 e 2008, altura em que se constata um crescimento significativo. Podemos assim verificar que as empresas portuguesas parecem apresentar um perfil mais próximo, suplantando mesmo, da média dos 27 países da União Europeia, e abandonando assim as posições de retaguarda comuns em indicadores relacionados com lares e indivíduos.

recurso dos utilizadores às TIC para criar e trocar conteúdo próprio.

No relatório seguinte, de 2008, a ênfase é dada novamente às possibilidades oferecidas pela proeminência dos utilizadores nos processos de comunicação. Defende-se que a rápida adesão ao conteúdo gerado por utilizadores conduz à confirmação da Internet como um meio de comunicação de dois sentidos, com um aumento de 18% verificado entre 2006 e 2007 na participação em fóruns *online*. A lista de tipos de conteúdo é muito abrangente: vídeo, livros, fotografias, *blogs*, *social bookmarking*, *micro-blogging* e comentário de produtos. Este panorama é atribuído às redes sociais suportadas por publicidade e por lucro partilhado que, simultaneamente, tornam cada vez mais indistintas as fronteiras entre comunicação privada e publicação, entre actividades lucrativas e recreativas. A própria CE pretende fomentar a distribuição de uma vasta diversidade de conteúdos *online* através de diferentes tecnologias.

Chegando ao término deste quadro, em 2010 é apresentada uma Agenda Digital para a Europa, uma das iniciativas emblemáticas da nova estratégia económica proposta pela CE, Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O seu objectivo passa pela definição de um roteiro que maximize o potencial social e económico das TIC – destacando a Internet como recurso da actividade nestes campos. Na lista de medidas e propostas legislativas são indicados seis domínios: Um mercado único digital dinâmico; Interoperabilidade e normas; Confiança e segurança; Acesso rápido e ultra-rápido à Internet; Melhorar a literacia, as qualificações e a inclusão digitais; Benefícios proporcionados pelas TIC à sociedade, na União Europeia (UE).

Políticas públicas: Portugal

Dois campos têm estado no centro da acção política portuguesa no âmbito do que se tem designado a promoção da sociedade da informação: a ênfase na disponibilização de serviços *online*, bem como o aumento da utilização regular da Internet, em particular através do acesso por banda larga. Os esforços políticos para o desenvolvimento da sociedade da informação foram inaugurados formalmente com o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, em 1997. Seguiu-se

o lançamento da Iniciativa Internet, em 2000, e o Plano de Acção para a Sociedade da Informação e o Plano de Acção para o Governo Electrónico, em 2003.

O documento de compromisso do Plano Tecnológico é apresentado em Novembro de 2005, como uma forte aposta do XVII Governo desde o início do seu mandato. O seu principal objectivo é o aumento da capacidade de inovação da economia, visando sustentar taxas de crescimento mais elevadas a médio e longo prazo. Um conjunto de políticas transversais é considerado pelo governo português como a peça central para estimular o dinamismo da economia portuguesa no contexto da sociedade do conhecimento. A prossecução destes objectivos baseia-se em iniciativas em três campos de acção: conhecimento, tecnologia, inovação.

Em Julho de 2005 foi dado início ao projecto Ligar Portugal como um dos vectores estratégicos do Plano Tecnológico. Este documento encontra-se articulado com a correspondente iniciativa europeia i2010, já descrita. Um dos objectivos enunciados neste projecto consiste na promoção de uma cidadania moderna, em que as tecnologias da informação são apresentadas como instrumentos de acesso à informação, à educação, ao trabalho, bem como ao trabalho cooperativo e à discussão pública. Tanto o Plano Tecnológico como o projecto Ligar Portugal prosseguiram no seguinte mandato, com início em 2009, dada a recondução do primeiro-ministro.

Acesso e práticas *online* em números

Olhemos então para algumas estatísticas que poderão ser úteis na compreensão das práticas ligadas às TIC em Portugal e no contexto europeu, em particular a Internet. Para essa análise recorre-se a dados recolhidos pelos institutos de estatística nacionais e disponibilizados pelo Eurostat, o Gabinete de Estatísticas da UE, referentes a 2009, salvo indicação em contrário.

Em relação a lares com acesso a Internet, Portugal, com 48%, encontra-se entre os países com percentagens mais baixas, tal como a maioria dos países da Europa do Sul (à excepção de Espanha). Em termos evolutivos esta percentagem tem crescido de forma proporcional à média dos 27 países da UE (UE27), apesar de abaixo da mesma (65% em 2009).

No caso específico dos lares com acesso através de banda larga, com 46%, a posição de Portugal é mais favorável em termos comparativos e a diferença com a UE27 é menor, 10%. Contudo, mesmo mantendo-se proporcional, a progressão revela uma certa separação ao longo dos últimos cinco anos, nomeadamente por não ter acompanhado o crescimento da média europeia entre 2005 e 2007.

Os dados relativos à banda larga parecem indicar que o governo português poderá conseguir cumprir a meta fixada de 50% de lares a beneficiar de banda larga em 2010, inscrita no programa de acção Ligar Portugal, e enquadrada nos indicadores de *benchmarking* utilizados para avaliação do progresso do quadro estratégico is2010 a nível nacional.

“
A análise (...) da utilização da Internet declarada pelos portugueses [revela que] em termos comparativos Portugal encontra-se ainda na base da tabela em pontos percentuais.
 ”

O programa Ligar Portugal possui ainda uma meta relativa às mudanças nas práticas *online*, mas que parece mais distante do que a acima referida: uma declaração de utilização regular da Internet na ordem dos 60%. Contudo, o crescimento desta percentagem, ao contrário da ligação em banda larga, não conduziu a um valor próximo desse objectivo. Portugal, em 2009, atinge os 42%, sendo 60%, na realidade, a média europeia dos 27.

Olhando para o conjunto dos utilizadores regulares, Portugal encontra-se entre os países com percentagens mais baixas. Controlando a idade, a situação profissional e o género, a posição comparativa de Portugal não sofre alterações de relevo. Apenas no intervalo dos 16-24 anos e nos estudantes obtém resultados mais elevados. Nos restantes intervalos de idade (25-54 e 55-75), situação profissional (trabalho doméstico, empregados por conta de outrem e própria; reformados e inactivos; desempregados) e para ambos os géneros, o país permanece como tendo valores baixos.

No entanto, estamos a falar de valores muito díspares. Em relação ao género, trata-se de um último lugar pouco distante da UE27, mesmo que inferior: masculino, 57% face a 64%; feminino, 38% face a 47%. Quanto à idade, o penúltimo lugar no intervalo 16-24 corresponde a 84%, apenas menos 4 pontos percentuais da UE27. Os dois últimos lugares nos intervalos etários são distintos: em 25-54 corresponde a 47% (UE27 68%), enquanto para o intervalo superior equivale a 13% (UE27 32%) e apenas a sete pontos percentuais do valor mínimo (6%, Roménia), e bastante distante do máximo (70%, Islândia; dentro da UE 67% nos Países Baixos).

No caso da situação profissional, os valores também divergem: trabalho doméstico, empregados por conta de outrem e própria (51%); desempregados (38%); reformados e inactivos (10%). De referir que o primeiro está mais afastado da UE27 do que o segundo (72% e 53%, respectivamente), e que o terceiro tipo de situação está muito próximo do valor mínimo (de novo 6%, Roménia). Os estudantes devem ser considerados em separado, pois apesar de Portugal ocupar um lugar relativo inferior, a percentagem correspondente é de 96%, dois pontos percentuais acima da UE27, e não tão distante do valor máximo de 100% (Suécia).

A aplicação do filtro educação formal merece atenção especial. Apesar de, no caso em que a educação formal é baixa ou inexistente, Portugal permanecer em pior posição, quando se trata de educação formal superior, passa a figurar em lugares percentuais mais cimeiros. A percentagem portuguesa atinge assim os 89%, um pouco acima da UE27, de 87%. Se o filtro for a educação formal média, então Portugal acompanha países como França, Reino Unido, Noruega, Finlândia, Dinamarca e Bélgica, ultrapassando a UE27 (65%, enquanto o valor português ascende aos 83%). Encontra-se de igual modo numa posição destacada entre o valor mínimo (32%, Roménia) e o valor máximo (92%, Países Baixos e Islândia).

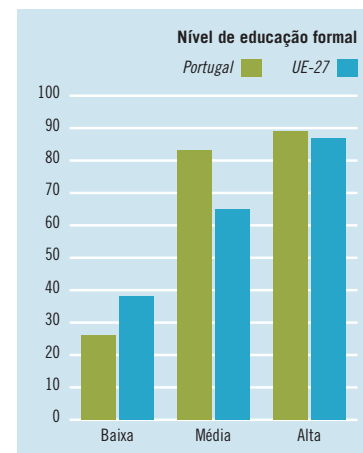
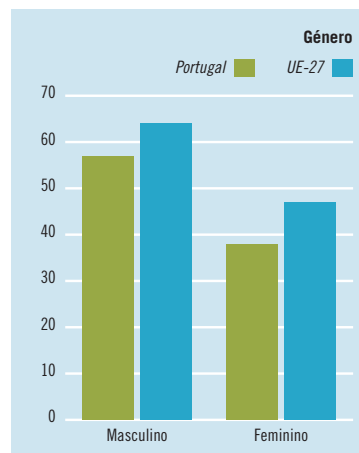
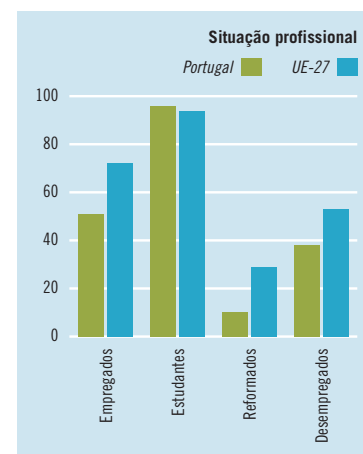
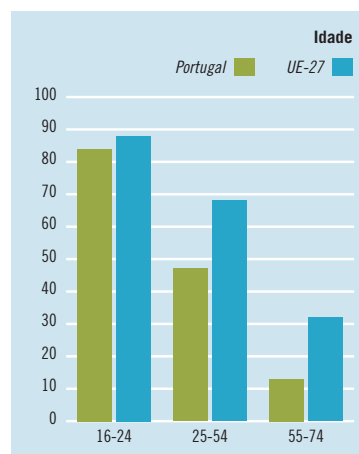
Focando quatro tipos de uso, consideremos dois usos correntes, um muito focado pelas políticas públicas e, por fim, o que tem sido o novo centro de atenção de investigadores, organizações intergovernamentais e empresas. Começamos pelo envio/recepção de *emails* e a procura de informação sobre bens ou serviços, os dois usos mais comuns. No primeiro

caso, face a uma média de 57% da UE27, a percentagem de 40% coloca Portugal numa situação desfavorável semelhante ao uso regular da Internet. O valor relativo à procura de informação sobre bens e serviços é o mesmo, de 40%; contudo, a média dos 27 países da UE é inferior, apenas 51%. O terceiro tipo de uso é a interacção com a administração pública, em que 21% de indivíduos declaram utilizar a Internet com esse fim, face a uma média da UE27 de 29% dos inquiridos. Em relação ao último tipo de uso – carregar conteúdo criado pelo próprio indivíduo num sítio *web* para ser partilhado – apenas existem dados de 2008. Portugal permanece aqui em lugares menos dianteiros, com 7% dos indivíduos. Com 21%, a Estónia assume o primeiro lugar, dez pontos acima da UE27.

Tendo em conta a análise aqui realizada da utilização da Internet declarada pelos portu-

gueses, em termos comparativos Portugal encontra-se ainda na base da tabela em pontos percentuais, apesar de se ter verificado um crescimento nos indicadores ao longo dos anos registados. Lembra-se a excepção em relação aos utilizadores com educação média ou superior que declararam utilizar a Internet com regularidade.

O desagregar de dados disponível em relação ao uso regular de Internet permite-nos tomar consciência de disparidades, não só por oposição à média europeia. Apesar de ser o indicador que destaca Portugal entre os outros países da Europa, o nível de educação formal é também o revelador da maior discrepância no interior do próprio país, apontando para uma divisão digital significativa que deixa os indivíduos com educação formal baixa ou inexistente muito afastados da restante população. ■



Utilização regular da internet, comparação entre Portugal e a média da UE-27 de acordo com: idade, situação profissional, género e nível de educação formal (em %). Fonte: Eurostat.